

JOÃO MENDES DA COSTA AMARAL

Legislaturas: I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX.



Data de nascimento

- 1893-01-18.

Localidade

- Alcácer do Sal / Setúbal.

Data da morte

- 1981.

Habilitações literárias

- Licenciatura em Direito.

Profissão

- Gestor.

Perfil político-ideológico

- Companheiro de Coimbra de Salazar e, frequentador dos Grilos, manteve uma constante devoção a Salazar, sendo um dos indefectíveis do regime do Estado Novo, pelo qual zelou ao longo de toda a sua carreira política;
- Nacionalista monárquico entusiasta, embora tenha começado como republicano e colaborado com Machado Santos no *Intransigente*;
- Fundou com António Sardinha o "Integralismo Lusitano", tendo sido membro da sua primeira Junta Central;
- Na discussão da eliminação das eleições directas do Presidente da República, disse considerar «a eleição como uma forma ilegítima e nociva de designação de um chefe de Estado».

Carreira político-administrativa

- Nomeado por Salazar para integrar a primeira Junta Consultiva da União Nacional (1933-11-12);
- Convidado por Salazar, integrou a comitiva chefiada por Júlio Dantas para representar Portugal nas comemorações do duplo centenário da Independência e da Restauração, no Brasil (1940);
- No II Congresso da União Nacional, Salazar convidou-o para chefiar uma secção (1944).

Carreira parlamentar

Legislaturas	Círculo	Comissões
I		
II		
III		
IV	Santarém	Negócios Estrangeiros.
V	Setúbal	Legislação e Redacção.
VI	Setúbal	Legislação e Redacção.
VII	Setúbal	Legislação e Redacção.
VIII	Setúbal	Legislação e Redacção.
IX	Setúbal	Legislação e Redacção.

Intervenções parlamentares

I Legislatura (1935-1938)

1.ª Sessão Legislativa (1935)

- Participa na discussão da proposta de lei n.º 4, relativa às instituições de previdência social.
- Discute a proposta de lei sobre a reforma do crédito.
- Propõe emendas ao projecto de lei do Sr. Henrique Galvão sobre a reorganização da educação física no ensino secundário.

2.ª Sessão Legislativa (1935-1936)

- Discute o projecto de lei sobre reparação civil por perdas e danos.
- Discute a proposta de lei referente ao Código Administrativo.

3.ª Sessão Legislativa (1936-1937)

- Defende duas propostas de eliminação à proposta de lei sobre contratos de prestação de serviços.
- Fala sobre o aviso prévio do Sr. Schiappa de Azevedo relativo às condições materiais em que se encontra a irmã de Machado Santos.

4.ª Sessão Legislativa (1937-1938)

- Refere-se ao caso das renúncias dos Srs. Lobo da Costa e Franco Frazão.
- Fala na proposta de lei respeitante às alterações da Constituição.
- Envia uma proposta de substituição ao projecto de alterações ao Regimento e refere-se à sua proposta de substituição.
- Envia um requerimento pedindo documentos acerca da depuração das águas de Lisboa.
- Fala sobre o aviso prévio do Sr. Almeida Garrett relativo à indústria resineira e envia uma moção.
- Substitui por outra uma sua moção enviada na sessão anterior acerca da indústria resineira.

II Legislatura (1938-1942)

1.ª Sessão Legislativa (1938-1939)

- Refere-se ao que o Sr. Presidente disse acerca, do funcionamento da Assembleia no que importa às sessões de estudo.

2.ª Sessão Legislativa (1939-1940)

- Requer, pelo Ministério da Justiça, cópias de duas representações enviadas pelas Santas Casas da Misericórdia do Alandroal e Campo Maior acerca do pagamento de foros e pede informações acerca da conveniência e urgência do decreto-lei n.º 30.131.
- Envia um requerimento em aditamento ao anterior.
- Requer informações que se prendem com o decreto-lei n.º 30.131, relativo a foros.
- Trata do mesmo decreto-lei.
- Fala sobre o decreto-lei n.º 30:131, que trata de foros.
- Refere-se a uma omissão na sua intervenção ao discurso do Sr. Melo Machado acerca de arbitragens pela Câmara Municipal de Lisboa e envia um requerimento pedindo esclarecimentos a propósito de umas informações que recebeu sobre foros.

3.ª Sessão Legislativa (1940-1941)

- Fala sobre o decreto-lei n.º 31.107, que insere várias disposições relativas ao casamento dos militares em serviço activo.

4.ª Sessão Legislativa (1941-1942)

- Refere-se à viagem do Sr. Presidente da República ao Arquipélago dos Açores e à missão especial enviada ao Brasil, manifestando o seu regozijo pelos benefícios que para o País se colheram desses dois acontecimentos.
- Usa da palavra acerca dos acontecimentos de Timor.
- Envia um projecto de lei que respeita à lei orgânica da Academia de Belas Artes e fala sobre o mesmo.

III Legislatura (1942-1945)

1.ª Sessão Legislativa (1942-1943)

- Refere-se ao assunto relatado pelo Sr. Nunes Mexia, acerca do imposto camarário de incêndios ligado com as normas de seguros dos prédios urbanos.

2.ª Sessão Legislativa (1943-1944)

- Não regista intervenções.

3.ª Sessão Legislativa (1944-1945)

- Expõe a sua opinião contrária ao parecer emitido acerca do caso de haver ou não antes da ordem do dia.
- Requer que o Ministério da Justiça o informe de quantos e quais os foros rústicos de pensão, total ou parcial, em ouro existentes em Portugal.
- Requer documentos, pelo Ministério da Justiça, relativos a rendimentos colectáveis das Herdades das Polvorosas e dos Xévoras.
- Envia outro requerimento relativo a foros.
- Envia um projecto de lei revogando o decreto n.º 30.131, relativo a contratos de enfiteuse em ouro.
- Requer, pelo Ministério da Justiça, cópia de um ofício dirigido à Presidência do Conselho, relativo a foros.

IV Legislatura (1945-1949)

1.ª Sessão Legislativa (1945-1946)

- Envia um projecto de lei revogando o decreto-lei n.º 31.131.
- Insiste na discussão do seu projecto de lei.

- Fala sobre a composição da comissão proposta para o inquérito aos organismos corporativos.
- Profere palavras de saudade e homenagem ao falecido Doutor Manuel Rodrigues Júnior.
- Defende o seu projecto de lei sobre foros e fala sobre o mesmo.
- Refere-se à protecção da propriedade literária.
- Refere-se, na especialidade, à proposta de lei de alterações à Carta Orgânica do Império Colonial.

2.ª Sessão Legislativa (1946-1947)

- Refere-se à representação do escritor Dr. Alfredo Pimenta, protestando contra a sua demissão de sócio de número da Academia Portuguesa da História.
- Presta homenagem à memória de Eduardo Schwalbach, cujo elogio faz.
- Refere-se ao caso dos professores do Instituto Superior de Agronomia julgado pelo Tribunal de Contas.
- Manifesta o seu reconhecimento pelo decreto do Governo que, tendo em atenção o que foi considerado na Assembleia, resolveu o caso dos professores do Instituto Superior de Agronomia.

3.ª Sessão Legislativa (1947-1948)

- Não regista intervenções.

4.ª Sessão Legislativa (1948-1949)

- Declara não votar uma proposta de alteração do Sr. Mário de Figueiredo a um número da base IV segundo o parecer da Câmara Corporativa relativo à proposta de lei relativa ao ensino particular.
- Comemora a entrada, há vinte anos, do Sr. Presidente do Conselho no Governo como Ministro das Finanças.

V Legislatura (1949-1953)

1.ª Sessão Legislativa (1949-1950)

- Não regista intervenções.

2.ª Sessão Legislativa (1950-1951)

- Refere-se a uma apreciação do Sr. Ricardo Durão acerca das palavras proferidas pelo Sr. Carlos Moreira a propósito das comemorações centenárias de Guerra Junqueiro.
- Esclarece o sentido desta sua referência.
- Fala sobre o aviso prévio respeitante à execução da Lei de Reconstituição Económica.
- Refere-se ao artigo 10.º-A da proposta de lei de revisão da Constituição.

3.ª Sessão Legislativa (1951-1952)

- Manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do escritor francês Charles Maurras.
- Informa a Assembleia Nacional de quais as comissões que intervieram na apresentação da proposta de substituição a uma parte da base XII da proposta de lei sobre o exercício da actividade bancária no ultramar e fala, sobre a base XXXIV da mesma proposta de lei.

4.ª Sessão Legislativa (1952-1953)

- Refere-se ao que disse o Sr. Jacinto Ferreira acerca de casos que se prendem com a marinha mercante.
- Justifica um seu requerimento pedindo, pelo Ministério das Corporações, informações acerca da classificação das categorias dos jornais diários e da elaboração do quadro dos vencimentos dos respectivos profissionais.

VI Legislatura (1953-1957)

1.ª Sessão Legislativa (1953-1954)

- Não regista intervenções.

2.ª Sessão Legislativa (1954-1955)

- Não regista intervenções.

3.ª Sessão Legislativa (1955-1956)

- Não regista intervenções.

4.ª Sessão Legislativa (1956-1957)

- Traça o perfil de António Ferro e presta homenagem à sua memória.
- Congratula-se pela forma como foi efectivado o aviso prévio do Sr. Daniel Barbosa sobre o problema económico português.

VII Legislatura (1957-1961)

1.ª Sessão Legislativa (1957-1958)

- Faz considerações sobre a vida e a morte dramática do rei D. Carlos a propósito do cinquentenário do regicídio.

2.ª Sessão Legislativa (1958-1959)

- Não regista intervenções.

3.ª Sessão Legislativa (1959-1960)

- Não regista intervenções.

4.ª Sessão Legislativa (1960-1961)

- Não regista intervenções.

VIII Legislatura (1961-1965)

1.ª Sessão Legislativa (1961-1962)

- Agradece o voto de sentimento da Assembleia pela morte de seu irmão.

2.ª Sessão Legislativa (1962-1963)

- Não regista intervenções.

3.ª Sessão Legislativa (1963-1964)

- Subscrive o texto da Comissão de Legislação e Redacção relativo ao decreto da Assembleia Nacional sobre a autorização das receitas e despesas para 1964.
- Subscrive o texto da mesma Comissão relativo ao decreto da Assembleia Nacional sobre reembolsos dos custos de linhas novas de energia eléctrica.
- Subscrive os textos da mesma Comissão relativos aos decretos da Assembleia Nacional sobre as Contas Gerais do Estado e as contas da Junta do Crédito Público.

4.ª Sessão Legislativa (1964-1965)

- Subscrive o texto da Comissão de Legislação e Redacção relativo aos decretos da Assembleia Nacional sobre o Plano Intercalar de Fomento, sobre a propriedade da farmácia, sobre as Contas Gerais do Estado e da Junta do Crédito Público de 1963, sobre o uso de acendedores e isqueiros e sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.

IX Legislatura (1965-1969)

1.ª Sessão Legislativa (1965-1966)

- Subscrive o texto da Comissão de Legislação e Redacção acerca dos decretos da Assembleia Nacional sobre a autorização das receitas e despesas para 1966, sobre preferência dos cônjuges no provimento de lugares do ensino primário, sobre mar territorial e zona contígua e sobre as contas da Junta do Crédito Público e sobre as Contas Gerais do Estado relativas a 1964.

2.ª Sessão Legislativa (1966-1967)

- Não regista intervenções.

3.ª Sessão Legislativa (1967-1968)

- Subscrive os textos da Comissão de Legislação e Redacção acerca dos decretos da Assembleia Nacional sobre o III Plano de Fomento, sobre a autorização das receitas e despesas para 1968 e sobre as contas da Junta do Crédito Público e as contas gerais do Estado de 1966.

4.ª Sessão Legislativa (1968-1969)

- Subscrive, com outros Deputados, o texto do decreto da Assembleia Nacional sobre a autorização das receitas e despesas para 1969, elaborado pela Comissão de Legislação e Redacção.
- Subscrive, com outros Deputados, o texto do decreto da Assembleia Nacional sobre alterações à lei eleitoral, elaborado pela Comissão de Legislação e Redacção.
- Subscrive, com outros Deputados, o texto do decreto da Assembleia Nacional sobre o estabelecimento de normas tendentes a imprimir maior celeridade à justiça penal, elaborado pela Comissão de Legislação e Redacção.
- Subscrive, com outros Deputados, o texto do decreto da Assembleia Nacional acerca da alteração da Lei n.º 2114, de 15 de Junho de 1962, elaborado pela Comissão de Legislação e Redacção.
- Subscrive, com outros Deputados, o texto do decreto da Assembleia Nacional sobre a alteração do artigo 667.º do Código de Processo Penal, elaborado pela Comissão de Legislação e Redacção.
- Subscrive os textos da Comissão de Legislação e Redacção acerca dos decretos da Assembleia Nacional, sob a forma de resolução, sobre as contas gerais do Estado e as contas da Junta do Crédito Público de 1967.
- Subscrive os textos da Comissão de Legislação e Redacção acerca do decreto da Assembleia Nacional sobre declaração de utilidade pública das expropriações requeridas por empresas que explorem indústrias de interesse nacional, sobre produtos da indústria siderúrgica, sobre o regime jurídico das expropriações muito urgentes e sobre a reorganização das Casas do Povo e a previdência rural.